

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS NO AUTISMO

**INCLUSIVE EDUCATION IN THE EARLEY YEARS: CHALLENGES
AND ACHIEVEMENTS IN AUTISM.**

Ana Paula Cöle Martins Santos e Beatriz Sarmento Pereira Bernardo

Graduandas do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.

João Marcos Passos dos Santos

Prof. Especialista em História e Normas da ABNT. Tutor Acadêmico do Centro Universitário São José.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral compreender que foram analisados os desafios e conquistas que envolvem os anos iniciais na Educação Inclusiva voltadas para os alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco no desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas empregadas pela escola e professores. A pesquisa, de natureza qualitativa e metodologia bibliográfica, revelou que as dificuldades não estão diretamente relacionadas às características intrínsecas dos alunos com TEA, mas a aspectos estruturais do processo de inclusão. Entre os desafios identificados, destacam-se: a falta de recursos pedagógicos adequados, a presença de múltiplos alunos com deficiência na mesma turma, a aceitação social por parte dos colegas neurotípicos e as barreiras na comunicação entre escola e famílias. Para superar esses obstáculos, o estudo aponta a necessidade de capacitação docente contínua, especialmente diante do aumento de matrículas de alunos com deficiência; adaptações na infraestrutura física das escolas; universalização das Salas de Recursos Multifuncionais; envolvimento ativo das famílias; e promoção de uma cultura de respeito à diversidade no ambiente escolar. Conclui-se que a inclusão de crianças com TEA nos anos iniciais permanece um desafio complexo, exigindo mais do que o cumprimento de leis, como a LBI (2015). É fundamental que a escola se torne um espaço onde as diferenças sejam não apenas aceitas, mas valorizadas, garantindo que todos os alunos se sintam respeitados, ouvidos e integrados. Embora haja avanços na difusão de informações sobre inclusão, é urgente transformar esse conhecimento em ações práticas, assegurando que o direito à educação se traduza em experiências reais e significativas para estudantes com autismo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Desafios.

ABSTRACT

The general objective of this study is to understand that the challenges and achievements involved in the initial years of Inclusive Education aimed at students with Autism Spectrum Disorder (ASD) were analyzed, with a focus on the development of inclusive pedagogical practices employed by schools and teachers. The research, of a qualitative nature and bibliographic methodology, revealed that the difficulties are not directly related to the intrinsic characteristics of students with ASD, but to structural aspects of the inclusion process. Among the challenges identified, the following stand out: the lack of adequate pedagogical resources, the presence of multiple students with disabilities in the same class, social acceptance by neurotypical peers, and barriers in communication between school and families. To overcome these obstacles, the study points out the need for continuous teacher training, especially given the increase in enrollment of students with disabilities; adaptations in the physical infrastructure of schools; universalization of Multifunctional Resource Rooms; active involvement of families; and promotion of a culture of respect for diversity in the school environment. It is concluded that the inclusion of children with ASD in the early years remains a complex challenge, requiring more than compliance with laws, such as the LBI (2015). It is essential that schools become spaces where differences are not only accepted but valued, ensuring that all students feel respected, heard and integrated. Although there has been progress in the dissemination of information about inclusion, it is urgent to transform this knowledge into practical actions, ensuring that the right to education translates into real and meaningful experiences for students with autism.

Keywords: Inclusive Education; Autism Spectrum Disorder; Challenges.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda como assunto principal o acesso à educação e o direito à aprendizagem, de acordo com a Legislação Brasileira, é um direito de todos, como dever do Estado e da família. Não podendo haver discriminação de raça, religião, cor ou qualquer outro tipo de distinção. Logo, a escola deve ser um ambiente de inclusão acolhedor, que disponibiliza oportunidades a todos os alunos com igualdade.

Este estudo tem como objetivo geral compreender que foram analisados os desafios e conquistas que envolvem os anos iniciais na Educação Inclusiva voltadas para os alunos com o Transtorno do Espectro Autista, tendo como foco o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas empregadas pela escola e professores.

Este trabalho tem como objetivo específico: (1) analisar as necessidades e deficiências formativas de professores voltados para a educação inclusiva; (2) compreender as dificuldades, preocupações e carências, do sistema de ensino, para a formação de professores; (3) verificar as conquistas já existentes a respeito da educação inclusiva.

Sendo assim, a pergunta norteadora deste estudo é: Por que a educação inclusiva ainda é um desafio, sendo que estamos em um mundo globalizado e com tantos acessos à informação? Apesar dos avanços na discussão sobre educação inclusiva, ainda enfrentamos muitos desafios. Para que a inclusão se torne uma realidade significativa, é fundamental que todos nós – Governos, educadores, famílias e a sociedade em geral – unamos forças.

Tratando-se do referencial teórico utilizado neste trabalho, em síntese citaremos as 3 principais fontes adotadas para a pesquisa. Primeiro, a autora Alicia A. Broderick, com a obra *The Autism Industrial Complex*, publicada em 2022. O segundo trata-se da autora Ana Beatriz Barbosa Silva, que, juntamente com os autores Mayra Bonifácio Gaiato e Leandro Thadeu Reveles publicaram a obra *Mundo Singular-entenda o autismo*, em 2012. E, por último, o Dr. Thiago Castro, autor da obra *Simplificando o Autismo para pais, familiares e profissionais*, publicada em 2023.

Este trabalho foi realizado através da metodologia de pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, em virtude da relevância em aprendizagem, bem como possibilitar aos bolsistas uma compreensão mais concreta sobre os desafios e as potencialidades da prática alfabetizadora.

Assim, ao apresentar as experiências vivenciadas, os recursos utilizados, os procedimentos adotados e os resultados observados, o estudo busca contribuir para a reflexão acerca da importância da articulação entre teoria e prática na formação docente e para o fortalecimento de metodologias que tornem o processo de alfabetização mais significativo, participativo e contextualizado.

encontrar materiais sobre o tema, que proporcionou a maior chance de encontrar os resultados da pesquisa. A presente metodologia foi desenvolvida devido ao grande número de artigos disponíveis sobre o tema e interpretamos como a educação inclusiva no autismo é aplicada em diferentes contextos.

Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de identificar, por ser um tema muito relevante, a educação inclusiva. Trata-se de um assunto que demanda muito debate e ajustes do sistema de ensino, no que concerne à aplicação da Lei de Inclusão. Infelizmente, verificamos que a inclusão é vista como algo desafiador para a comunidade escolar, tanto para os pais como para os profissionais de educação. É muito importante o estudo no meio acadêmico, para que os novos profissionais que irão se formar, estejam cada vez mais atualizados e informados sobre a inclusão, que por sua vez fará parte da sua vivência enquanto professor. A pesquisa trouxe dados importantes sobre a educação inclusiva, abrangendo os anos iniciais, seus desafios e conquistas, dentro e fora da sala de aula. Buscamos pontuar os desafios, identificando estratégias para superar os obstáculos, promovendo assim a inclusão.

DESENVOLVIMENTO

1. CONCEITOS INICIAIS DO AUTISMO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é uma prática educacional que busca acolher as crianças com autismo, neurotípicas e neuroatípicas que possuem dificuldade na alfabetização, atingindo o desenvolvimento intelectual.

Já no Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa abordagem se torna ainda mais importante, pois as crianças autistas enfrentam desafios únicos que podem dificultar sua integração nas salas de aula regulares.

Criada durante uma conferência da ONU em Salamanca, adotada em 1994, a Declaração de Salamanca é um marco na educação inclusiva. Este documento enfatiza a inclusão social, com o discurso de que as escolas devem se adaptar para atender todos os alunos. A declaração de Salamanca continua a ser uma influência poderosa nas políticas educacionais globais.

A presença de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas escolas regulares é uma realidade atual, o que exige que os educadores reflitam sobre suas práticas pedagógicas. A capacitação dos professores é fundamental para garantir um atendimento de qualidade a esses estudantes, adaptando-se às suas especificidades. Portanto, é importante investir na formação desses profissionais, preparando-os para construir ambientes educacionais inclusivos, capazes de acolher a diversidade e promover práticas pedagógicas eficazes. Dessa forma, a escola comum pode se transformar em um espaço verdadeiramente inclusivo (Oliveira, 2020).

De acordo com Marinho, Santos e Ramos (2021) a fase de inclusão da pessoa com TEA no ambiente escolar torna-se um dos maiores desafios.

Diante da caracterização do autismo, é necessário entender que esse indivíduo quando adentra nos anos iniciais do ensino fundamental precisará de incentivos para que seja incluído. Nesse viés, é essencial que ocorram, se necessário, adaptações físicas, pedagógicas, curriculares, além da capacitação do docente e dos demais funcionários, visto que uma educação inclusiva envolve todos no processo de evolução desse discente (Marinho; Santos; Ramos, 2021, p. 12)

Os autores argumentam que, ao receber um aluno com TEA, a escola deve traçar uma metodologia e oferecer salas de aula adequadas a esse propósito, como:

as salas de aulas devem ter número de alunos reduzidos, facilitando a assistência necessária do professor ao autista, pois é importante a criação de rotinas de trabalho, como arrumação da sala, formas de escrever no quadro negro, também é preciso um ambiente calmo e não deve ter agitação, pois mudanças bruscas no ambiente podem irritar a criança autista (Marinho; Santos; Ramos, 2021, p. 23)

Rosa, Prado, Fabião e Festa defendem que o ensino para crianças autistas precisa evoluir urgentemente, já que muitas escolas ainda resistem em aceitá-las adequadamente. Por isso, é essencial que as práticas pedagógicas sejam adaptadas às necessidades e limites individuais de cada aluno, sem abandonar o estímulo ao seu desenvolvimento. Recomenda-se turmas menores para que o professor possa oferecer atenção personalizada, além de ambientes tranquilos e organizados, com rotinas claras (como organização da sala e métodos previsíveis de ensino). Mudanças bruscas ou agitação devem ser evitadas, pois podem causar desconforto. Programas educacionais específicos são fundamentais para promover a inclusão, exigindo investimento contínuo em pesquisas e aplicação de estratégias eficazes nas escolas (Rosa; Prado; Fabião; Festa, 2017)

1.1 As Leis de Acesso a inclusão

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) garante aos indivíduos com deficiência os direitos de serem cidadãos plenos, tendo por objetivo garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais, buscando sua inclusão social e cidadania. Entre os principais direitos assegurados estão: o direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, à previdência social, entre outros (Brasil, 2015).

O aumento dos diagnósticos de TEA reflete avanços na compreensão do transtorno, a evolução dos critérios diagnósticos e o engajamento social na identificação precoce dos sinais.

De acordo com Ubugata (2020) atualmente, estima-se que 1% da população mundial seja diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Graças aos avanços nas áreas de neurologia e psicologia, é possível realizar diagnósticos mais precoces, o que permite iniciar tratamentos e intervenções quanto antes, favorecendo o desenvolvimento completo da pessoa com TEA.

As crianças e jovens autistas convivem principalmente em três ambientes: o lar, com a presença de seus familiares; a clínica ou consultório, onde especialistas ou equipes multidisciplinares realizam as terapias e intervenções; e a escola, onde interagem com colegas e educadores (Ubugata, 2020).

1.2 A Inclusão Escolar

É importante destacar, que a inclusão é uma responsabilidade compartilhada entre educadores e família, facilitando a compreensão do indivíduo na totalidade, considerando as interações que formam essa totalidade e proporcionando uma visão integrada da pessoa, especialmente no contexto do aluno (Ubugata, 2025).

Para Ubugata a afetividade na educação infantil tem sido um tema de estudo importante desde o século passado e, atualmente, também é abordada na educação inclusiva, especialmente em intervenções com estudantes autistas. Ela é uma ferramenta importante para o amadurecimento infantil e deve ser praticada não apenas na escola, mas também em todos os ambientes em que a criança está inserida, especialmente no contexto familiar (Ubugata, 2025).

Segundo Camargo et al. (2020) um desafio importante identificado em seu estudo é o comprometimento das famílias com o processo educacional dos alunos. Muitas vezes, os pais não se mostram tão envolvidos na escolarização de seus filhos, nos serviços especializados que eles recebem e, em muitos casos, na continuidade do trabalho desenvolvido pela escola fora do ambiente escolar. Esses fatores dificultam o estabelecimento de uma parceria eficaz entre a escola e a família, essencial para o desenvolvimento pleno dos alunos.

2 . OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

As crianças com autismo podem enfrentar dificuldades na escola, como dificuldades de comunicação, socialização e adaptação a rotinas. E outros desafios como sensibilidade sensorial, desinteresse pelas atividades escolares.

É essencial refletir sobre a jornada dos indivíduos que vivem dentro do espectro autista, especialmente quando se trata de sua educação nos anos iniciais.

A lei brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Lei nº.13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) são marcos importantes nesse sentido. No entanto, a efetiva implementação dessas leis e políticas ainda é um desafio, especialmente nos anos iniciais, onde a compreensão e a adaptação às necessidades dos alunos autistas podem ser limitadas.

No âmbito comportamental, o estudo de Marinho, Santos e Ramos (2021) identificou que os principais desafios em sala de aula estão relacionados à resistência em realizar atividades, seguir rotinas e cumprir regras. Além disso, as estereotípias, como balanço corporal ou movimentos repetitivos com as mãos, foram frequentemente observadas, manifestando-se tanto em momentos de frustração quanto de contentamento. Os autores também destacaram a ocorrência de comportamentos agressivos, dirigidos a professores, colegas ou a si mesmo, muitas vezes sem um motivo aparente.

Embora a agressividade não seja um critério diagnóstico do autismo, ela pode surgir como uma resposta à dificuldade de comunicação, servindo como expressão de desconforto ou necessidades não atendidas. Por isso, é essencial uma análise contextual minuciosa, já que todo comportamento tem uma função específica e está intrinsecamente ligado ao ambiente em que ocorre (Camargo, 2020).

Esses episódios de agressividade representam um entrave não apenas para o processo de ensino-aprendizagem, mas também para a interação social, uma vez que podem gerar medo nos colegas. Ademais, a pesquisa revelou que os educadores enfrentam dificuldades em interpretar e gerenciar adequadamente os fatores que desencadeiam tais reações, evidenciando a necessidade de estratégias mais eficazes para compreender e mediar essas situações.

De acordo com Camargo (2020), as dificuldades não estão diretamente relacionadas às características intrínsecas dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas sim a aspectos fundamentais do processo de inclusão escolar. Entre esses desafios destacam-se: a disponibilidade de recursos pedagógicos adequados, a presença de outros estudantes com deficiência na mesma turma, a aceitação social do aluno com autismo por seus colegas neurotípicos e as barreiras na comunicação com as famílias.

O estudo revelou que nove professoras participantes relataram não utilizar ou enfrentar dificuldades na aplicação de atividades, materiais e estratégias adaptadas para alunos com TEA. Essa situação ocorria por dois motivos principais: ou porque o estudante conseguia acompanhar as mesmas atividades desenvolvidas pelo restante da turma, ou porque tanto a professora quanto a instituição de ensino não dispunham de tempo e recursos suficientes para elaborar um planejamento individualizado que considerasse tanto as limitações quanto as potencialidades específicas de cada aluno.

A limitação na interação social constitui uma característica nuclear do Transtorno do Espectro Autista (TEA), representando um dos principais obstáculos no contexto escolar. Como observado por Camargo (2020), os educadores frequentemente demonstram dificuldade em compreender os motivos do isolamento social desses alunos e em identificar seus interesses específicos - fatores cruciais que podem potencializar ou dificultar sua socialização com os pares.

Para uma inclusão efetiva, Serra (2010) enfatiza a importância de um planejamento educacional sistemático e de avaliações adaptadas, que considerem tanto as necessidades específicas quanto o nível de desenvolvimento individual de cada aluno com TEA. Esta abordagem personalizada revela-se fundamental para o progresso acadêmico e social.

2.1 O Papel Escolar na Inclusão

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990), assegura os direitos das crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiência. O ECA estabelece que todas as crianças devem ter acesso à educação, saúde e proteção, independentemente de suas condições (ECA, 2025).

Embora o Brasil tenha avançado, o crescimento no número de estudantes com deficiência matriculados no ensino regular mostra um progresso na inclusão, sendo essencial assegurar o direito à educação inclusiva,

incluindo o atendimento educacional especializado, tanto na rede pública quanto nas escolas particulares, sem cobranças extras (Marinho; Santos; Ramos, 2021). Uma das metas do Plano Nacional de Educação (vigente até 2024) é garantir o acesso universal à educação básica para crianças e jovens de 4 a 17 anos, além do atendimento especializado para pessoas com deficiência ou altas habilidades (Brasil, 2014).

Para alcançar o objetivo da inclusão, é preciso superar desafios, como a capacitação docente para atender alunos com deficiência, altas habilidades ou superdotação, considerando o crescimento contínuo das matrículas; mudanças na Infraestrutura para que ser acessível, com escolas adaptadas fisicamente; contar com Salas de Recursos multifuncionais em todas as instituições de ensino para oferecer suporte especializado; incentivar o envolvimento da família e da comunidade escolar no processo educacional; e a promoção do respeito à diversidade entre alunos e educadores (Almeida, 2020). Essa perspectiva ressalta a importância de reconhecer a individualidade de cada aluno autista e de adotar abordagens educacionais que atendam suas necessidades específicas.

3. AS LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar da relevância no tema, a pesquisa enfrentou algumas limitações, pois muitos dados disponíveis, ou a maioria deles, concentram-se nas abordagens clínicas do TEA.

Outro desafio apontado foi o acesso restrito a relatos de experiência, do dia a dia em sala de aula, de professores e alunos com TEA, que teriam enriquecido nossa pesquisa.

3.1 Sugestões de Intervenção

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva demanda intervenções pedagógicas articuladas, entre as quais se destaca a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI). Esses documentos configuram-se como ferramentas essenciais para planejar e acompanhar o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais específicas, abrangendo desde transtornos de aprendizagem até deficiências e altas habilidades. Fundamentados nos princípios da educação inclusiva, os PEIs visam assegurar não apenas o acesso à escolarização, mas também a garantia de uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos educandos, considerando suas singularidades e potencialidades (Almeida, 2020).

Nessa perspectiva, os PEIs devem ser concebidos como instrumentos dinâmicos, capazes de orientar a prática docente de forma a responder às demandas específicas de cada aluno. Sua eficácia reside na capacidade de articular objetivos educacionais, estratégias pedagógicas e critérios avaliativos adaptados, sempre em diálogo com o currículo comum. Dessa forma, promove-se uma inclusão que vai além da mera presença física na sala de aula, garantindo participação ativa e aprendizagem efetiva (Almeida, 2020).

Paralelamente à implementação dos PEIs, é fundamental desenvolver ações sistemáticas de sensibilização na comunidade escolar. Mais do que eventos pontuais que celebrem a diversidade, tais iniciativas devem constituir-se como práticas pedagógicas permanentes, integradas ao projeto político pedagógico da escola. Essas ações têm duplo propósito: conscientizar sobre a importância do respeito às diferenças e transformar o ambiente escolar em espaço acolhedor e inclusivo (Castro, 2018).

A adaptação curricular configura-se como um processo essencial na educação inclusiva, caracterizando-se pela flexibilização dos elementos que compõem o projeto pedagógico. Conforme destacam Valle e Maia (2010), essa prática envolve a reestruturação de objetivos, conteúdos, métodos avaliativos e estratégias didáticas, com o propósito fundamental de responder às singularidades de cada aprendiz. Importa salientar que tais ajustes não implicam na criação de um currículo paralelo, mas sim na dinamização do currículo regular, tornando-o maleável e expansível para acolher a diversidade presente nas salas de aula.

Nesse contexto, a atuação do profissional da sala de recursos multifuncionais revela-se imprescindível, pois este especialista colabora ativamente no planejamento de ações pedagógicas personalizadas e na seleção criteriosa dos conteúdos mais adequados ao desenvolvimento do aluno (Valle; Maia, 2010).

Quando se trata especificamente de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, a adaptação curricular assume uma dimensão ainda mais significativa, transformando-se em um eixo norteador que ao estabelecer um diálogo permanente entre educadores e familiares, cria-se uma rede de apoio coesa em torno do projeto educativo do aluno (Almeida, 2020); Para superar barreiras pedagógicas a modificação do currículo surge como resposta concreta aos desafios cotidianos da inclusão no ensino regular. As modificações implementadas garantem que o estudante com TEA possa engajar-se nas atividades escolares em condições de equidade.

Esta abordagem representa muito mais que um simples ajuste metodológico, configura uma verdadeira reestruturação da prática educativa, que passa a incorporar a diversidade como elemento constitutivo e enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem.

A escola, como instituição social, tem o compromisso ético de criar condições equitativas de aprendizagem, preparando o terreno para uma inclusão que transcenda os muros escolares e se efetive na sociedade. Nessa perspectiva, Capellini (2001) identifica elementos-chave para sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos: redução do número de alunos por turma, adoção de metodologias cooperativas, elaboração de projetos pedagógicos inclusivos, criação de planos de ensino individualizados, valorização docente e implementação de apoios pedagógicos centrados na sala de aula regular. Essas mudanças implicam uma reorientação paradigmática da prática educativa, que deve focar nas potencialidades dos alunos, não em suas limitações, mediante conceitos como interdisciplinaridade, individualização do ensino e colaboração entre todos os atores educacionais.

No caso específico dos alunos autistas, a inclusão efetiva exige transformações profundas em múltiplas dimensões: adaptações físicas e arquitetônicas, flexibilizações curriculares e, sobretudo, mudanças atitudinais por parte de todos os profissionais envolvidos. As salas de recursos multifuncionais emergem como espaços estratégicos nesse processo, oferecendo atendimento educacional especializado complementar - nunca substitutivo - ao ensino regular, conforme estabelece a Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

A verdadeira inclusão demanda a construção cotidiana de uma cultura escolar que valorize a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo, garantindo os apoios específicos de que cada aluno necessita para desenvolver plenamente seu potencial. Essa transformação exige investimento permanente na formação docente, na adaptação de recursos e, principalmente, na mudança de mentalidades que permitam reconhecer na diferença não um obstáculo, mas uma oportunidade de crescimento coletivo.

3.2 Desenvolvimento de Habilidades Sociais

No Brasil, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas escolas tem sido uma prioridade crescente, como evidenciado pelo aumento de 48% no número de matrículas de pessoas com autismo entre 2022 e 2023, conforme dados do Censo Escolar 2023 (Censo da Educação Básica, 2023). Essa tendência é acompanhada por projetos e políticas públicas que visam promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Os alunos com autismo frequentemente enfrentam desafios na interação social e na comunicação. Programas de desenvolvimento de habilidades sociais, que podem incluir atividades estruturadas para promover a empatia, o reconhecimento de emoções e a prática de habilidades de conversação, são essenciais. A colaboração com psicólogos escolares e terapeutas ocupacionais pode enriquecer essas iniciativas.

Os professores e a equipe escolar devem receber treinamento sobre o autismo e sobre como implementar práticas inclusivas. Sensibilizar os alunos para a diversidade e promover uma cultura de respeito e empatia são também ações importantes. Atividades educacionais que abordem o TEA podem ajudar a criar um ambiente mais acolhedor e diminuir o estigma associado ao autismo. (Educação Mais Brasil, abril/2025).

No contexto do ensino regular, a organização estruturada do ambiente escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Paralelamente, a instituição educacional assume a responsabilidade social de formar cidadãos comprometidos com valores essenciais para uma sociedade pluralista, tais como o respeito à diversidade, a equidade, a igualdade de direitos, a tolerância e a inclusão efetiva de todos os indivíduos.

Essa formação em valores deve iniciar-se desde os anos iniciais da educação básica, abrangendo todas as dimensões da diversidade humana - seja étnico-racial, de gênero, religiosa, cultural, ideológica ou relacionada a condições físicas, sensoriais ou intelectuais. Como destaca Aranha (2001), a inclusão baseia-se em uma filosofia educacional que não apenas reconhece, mas valoriza positivamente as diferenças humanas, garantindo igualdade de oportunidades e acesso pleno à participação social.

As crianças no espectro autista frequentemente enfrentam desafios significativos no processo de aquisição e uso funcional da linguagem, o que pode ser erroneamente interpretado como desinteresse ou isolamento intencional. No entanto, pesquisas demonstram que essa aparente falta de resposta decorre, na maioria dos casos, de dificuldades na compreensão das demandas do ambiente, e não de uma recusa proposital à interação. Essa compreensão é fundamental para a elaboração de estratégias pedagógicas eficazes, que devem partir sempre de uma perspectiva empática e informada sobre as particularidades do desenvolvimento no autismo (Oliveira, 2020).

Programas educacionais intensivos e estruturados têm se mostrado particularmente eficazes no desenvolvimento global dessas crianças, promovendo avanços significativos não apenas nas habilidades linguísticas, mas também no domínio motor, na interação social e nos processos de aprendizagem acadêmica. Esses progressos são especialmente evidentes quando as intervenções são precoces e sistemáticas, incorporando atividades sensório-motoras cuidadosamente planejadas. O trabalho com materiais concretos, como pinças, jogos de encaixe e objetos com diferentes texturas, estimula a integração sensorial e cria bases sólidas para a construção de conhecimentos mais complexos (Oliveira, 2020).

O processo educativo de crianças com autismo apresenta desafios cotidianos que exigem do professor uma postura observadora, flexível e perseverante. Nas fases iniciais do trabalho, é comum a ocorrência de comportamentos como agressividade ou aparente desinteresse, que devem ser compreendidos como formas de comunicação e não como resistência à aprendizagem. Cabe ao educador desenvolver estratégias que transformem essas manifestações em oportunidades de desenvolvimento, identificando as dificuldades específicas, as potencialidades individuais e os interesses motivacionais de cada aluno (Oliveira, 2020).

Nesse contexto, as atividades lúdicas emergem como ferramentas pedagógicas de extraordinário valor, pois permitem abordar simultaneamente diversas dimensões do desenvolvimento. Através do brincar, a criança autista pode desenvolver suas capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras em um contexto de significado e prazer, respeitando seus ritmos individuais de aprendizagem. Como destacam diversos estudiosos, a atividade lúdica proporciona a "plenitude da experiência", criando condições ideais para o desenvolvimento integral (Oliveira, 2020).

A educação de qualidade para crianças com autismo requer, portanto, uma abordagem multidimensional que combine intervenções precoces, adaptações curriculares individualizadas, formação docente especializada e parceria efetiva com as famílias. Somente através desse esforço conjunto é possível criar condições reais para o desenvolvimento pleno desses alunos, garantindo seu direito a uma educação inclusiva e de qualidade que respeite suas particularidades e promova sua efetiva participação social (Oliveira, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, concluímos que a inclusão de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) nos anos iniciais, ainda é um desafio enfrentado tanto pelos alunos, como também pelos profissionais de educação. A pergunta norteadora deste estudo *“Por que a educação inclusiva ainda é um desafio, sendo que estamos em um mundo globalizado e com tantos acessos à informação?”* encontra resposta justamente nesse descompasso entre teoria e prática. Apesar dos avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), os obstáculos persistem no cotidiano escolar, como falta de preparo dos professores e auxiliares, escassez de recursos e até mesmo o preconceito.

Falta muito ainda para avançar, principalmente no âmbito da formação dos professores, sobre o assunto e principalmente focando no desenvolvimento do aluno e no seu direito garantido por lei de acesso à educação. A inclusão vai além de cumprir a lei, é reconhecer o valor de cada ser humano, apesar de suas diferenças. Um aluno se sente incluído de fato quando a escola se torna um espaço onde todos se sintam respeitados, ouvidos e vistos verdadeiramente. E como consequência disso, a aprendizagem se torna leve e significativa.

Os avanços na disseminação de informações, embora relevantes, precisam ser acompanhados de ações concretas que transformem o discurso em realidade, garantindo que a educação inclusiva deixe de ser um ideal distante para se tornar uma experiência concreta no cotidiano das salas de aula.

REFERÊNCIAS

BENUTE, Gláucia Rosana Guerra. Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão. vol. 2. (Org.). São Paulo. Centro Universitário São Camilo, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146. Acesso em: 17 março. 2025.

BRODERICK, Alicia A. **How Branding, Marketing, and capital investment turned Autism into big business.** Editora: Myers Education Press. 2022.

CAMARGO, S. P. H. et al. DESAFIOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO CONTEXTO INCLUSIVO: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, v. 36, p. e214220, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/>. Acesso em: 18 de março. 2025.

CASTRO. Thiago. recorte de uma aula do curso de formação em Transtornos, Formação TNA. Vídeo do Instagram, mentorado pelo Dr. Thiago Castro. Ano: 2024.

FERREIRA, Roberta Flávia. Alves. Desafios e conquistas da inclusão de uma criança autista em uma classe de educação infantil. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: Repositorio.ufmg.br

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MARINHO, A.; SANTOS, B.; RAMOS, C. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista**. Grupo Unibra, 2021. Disponível em: <https://www.grupounibra.com/repositorio/PEDAG/2021/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista10.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2025.

OMEMA, Leise Cecília de. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nos anos iniciais do ensino fundamental I: possibilidades e práticas para aprendizagem da linguagem oral e escrita**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/213498>. Acesso em: 12 dez. 2024.

O que é o Autismo? Autismo e Realidade. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/?gad_source=1&gclid=EAlaIQobChMI1daVgbieiwMVJyNECB0mLBXe. Acesso em: 29 jan. 2025.

PAIVA, Larissa Oliveira; RAMOS, Rosane Ferreira de Souza; SANTOS, Rosely Ribeiro dos; SOUZA, Antônio Adônnis Sátiro de. Transtorno do Espectro Autista: a trajetória, desafios, necessidades e conquistas de direitos de crianças autistas na educação básica. Centro Universitário de Goiás. Volume: 07 n. 14, Goiás, 2024. DOI: <https://foi.org/10.55892/JRG.v7i14.892>

ROSA, Anna Paolla de Mello; PRADO, Hellen Pereira de Paula; FABIÃO, Renata La Puma; FESTA, Priscila Soares Vidal. O professor e a inclusão do educando autista na escola comum do ensino regular: os desafios na prática pedagógica. **Memorial TCC**. Caderno da Graduação, 2017. PDF.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES; Leandro Thadeu. Mundo Singular: Entenda o Autismo. Ed. Fontamar, 2012.

SOUZA, Liliane Pereira de; (Organizadora). Autismo: pesquisas e relatos. Campo Grande: Editora Inovar, 2021. 338p.

SOUSA, Giliene Alves Pereira; BECKER, Thiana Maria. **Educação inclusiva**: desafios e perspectivas para os professores da educação infantil. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de educação. Centro Universitário Internacional Uninter. <https://repositorio.uninter.com/handle/1/903>

Ubugata, Renata Pantaleão. TEA na educação infantil: inclusão e afetividade na prática docente. Instituto Rodrigo Mendes. **Rev. Diversa**. 2020. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/tea-educacao-infantil/>. Acesso em: 20 març. 2025.